

Postos de fiscalização da SEAB estão em estado precário

Já faz algum tempo que o SINDISEAB tem recebido demandas relativas ao serviço de atendimento nos Postos de Fiscalização Sanitárias e Fitossanitárias (PFSF), mais conhecido como "Barreiras", da Seab (Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento). Em 2011 o problema continua com a demissão de dezenas de trabalhadores temporários e pior, sem vislumbre de que este serviço receberá a devida atenção e prioridade apesar de sua óbvia importância para a agropecuária e economia paranaense.

Hoje a Seab tem trinta e três PFSF, sendo que treze estão desativados, estes postos devem controlar a fiscalização do trânsito na entrada e saída de animais e vegetais, produtos e subprodutos nas divisas interestaduais do Paraná. O objetivo é impedir que doenças e pragas e determinados produtos transitem de forma irregular e transgridam limites geográficos não permitidos. Os Postos estão instalados em locais estratégicos com funcionamento ininterrupto (24h - todos os dias do ano).

Este serviço público indispensável é desenvolvido pelos "barreiristas" que são Agentes de Apoio e Execução da Seab. Muitos desses servidores são transferidos e realocados de outros setores da Secretaria, porém sem o devido treinamento, há até os que ocupam cargo de Agente Profissional atuando como coordenadores e supervisores. Estes e outros problemas foram levados ao Secretário Noberto Ortigara, o documento completo pode ser acessado no site www.sindiseab.org.br no link Documentos/Ofícios/Ofício 25.

Veja as principais reivindicações e propostas sobre as "Barreiras":



Gratificação de Insalubridade (GI): Por estarem expostos a agentes prejudiciais à saúde os trabalhadores tem direito a GI e a equipamentos de proteção individual (EPI).

Gratificação de Periculosidade (GP): Os servidores das barreiras também tem contato direto com o trânsito de pistas e auto-estradas, além de lidar com os ânimos alterados de alguns fiscalizados, por isso a GP é necessária.

Adicional Noturno: Pela condição do trabalho (trabalha-se à noite e por escalas), é justo que se pague este adicional previsto na legislação vigente.

Serviços extraordinários (Horas Extras): Trabalha-se 48 horas semanais, em média. Não se recebe nenhum adicional por isso. Horas trabalhadas em feriados e finais de semana não são pagas em dobro.

Meio de transporte: Até fevereiro de 2009 os fiscais de barreiras do DEFIS recebiam da CLASPAR R\$ 500,00 mensais como ajuda de custo para transporte, alimentação, etc. Quando o DEFIS/SEAB assumiu os Postos

essa ajuda deixou de ser paga. É responsabilidade dos Núcleos Regionais disponibilizar veículos para o transporte diário dos fiscais até as barreiras, mas os núcleos alegam que não há veículos nem recursos para a manutenção. Os servidores não podem continuar sendo obrigados a deslocarem-se com veículos particulares, pagar passagens de ônibus, ou pedir carona nas rodovias.

Concurso público: Até 2010 as barreiras sanitárias operaram com funcionários temporários e um grupo de funcionários de carreira pertencentes ao DEFIS/SEAB. Hoje a situação é de desfalque com a falta de pessoal.

Solução para os desenquadrados: Há anos funcionários que possuem formação exercem funções e respondem como AGENTE DE EXECUÇÃO, mas recebem o salário de AGENTE DE APOIO. Muitos, ao longo dos anos, conquistaram o diploma universitário e até de especialista em algumas áreas, mas o Estado os ignora.

Os Postos de Fiscalização necessitam de atenção prioritária é urgente a melhoria estrutural, móveis, equipamentos, veículos, serviços de apoio (segurança, alojamento, alimentação), entre outros.

Reajuste de 6,5% tem que ser pago na folha de maio!

De acordo com notícia do jornal Estado do Paraná a mensagem de lei com o reajuste de 6,5%, anunciado pelo governador, foi enviada à Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) na quarta-feira (11/05).

O SINDISEAB e Fórum das Entidade Sindicais (FES) cobram a imediata implantação e já estiveram na Alep solicitando apoio aos parlamentares para que votem com urgência o reajuste geral dos servidores.

Também foi cobrada a promessa na Seap no dia 11/05, e nova reunião será agendada para tratar da pauta de reivindicações unificada do FES.



EDITORIAL

Os desafios da classe trabalhadora aumentam neste ano. A crise econômica mundial continua a fazer estragos em vários países, como resultado do regime de economia de mercado, o qual coloca em risco a sobrevivência da espécie humana, ao levar o planeta a uma exaustão ambiental e ao desprezar as necessidades básicas dos trabalhadores, visando a manutenção dos enormes lucros obtidos por bancos e grandes corporações capitalistas.

No Brasil, o recrudescimento da crise internacional do capitalismo deverá encontrar um governo não mais disposto a liberar crédito para aumentar o consumo, o que, na verdade é uma política de endividamento crescente da população em favor do lucro dos bancos e da cooptação das camadas populares para uma ilusória sensação de melhoria das condições de vida, adquirida com produtos de primeira necessidade.

Sem cortar os gastos com o pagamento de juros da dívida brasileira, o Brasil retirou cerca de 200 bilhões de reais dos cofres públicos para pagar a dívida interna, deixando de investir grande parte do PIB na melhoria das condições de vida da população: saúde, educação e infraestrutura de saneamento básico. Se a economia brasileira cresceu a uma taxa recorde de 7,5% em 2010, conforme anunciado pelo IBGE, alçando o país ao posto de sétima economia do mundo, a desigualdade social aprofundou-se e o Brasil ocupa hoje a 70ª posição no ranking mundial do Índice do Desenvolvimento Humano – IDH.

Nos primeiros meses de 2011 temos demonstrativos da crescente insatisfação de alguns grupos sociais, tais como as manifestações de estudantes e de trabalhadores em protesto contra a elevação dos preços das passagens de ônibus em várias cidades do Brasil, e de trabalhadores da construção civil ligados às obras do PAC.

O Governo Richa, grosso modo, está com 120 dias de implantação e continuam as expectativas de se verem medidas de melhorias no Serviço Público, em especial nos âmbitos das Secretarias de Agricultura e do Meio Ambiente. A Secretaria de Agricultura por executar políticas públicas ao abastecimento alimentar, por meio de pesquisas e fiscalização da produção agrícola e vegetal, de tal maneira que possa oferecer à população qualidade sanitária,

sem deixar de lado a pretendida sustentabilidade ambiental no processo de produção dos alimentos. A Secretaria do Meio Ambiente por ser a responsável pela implantação de políticas que garantam um meio ambiente saudável, tanto nas ações de licenciamento quanto de fiscalização, não só para nós, mas também para as gerações futuras.

Não podemos continuar apenas na expectativa. O tempo passa e nós, trabalhadores do Serviço Público da SEAB, da SEMA, FUNDEPAR entre outros, precisamos abrir os olhos e a mente. Precisamos discutir com nossos colegas de trabalho as ações que começam a ser implementadas, e se for o caso, discutir nas instâncias sindicais as ações que nos parecem confusas, ou com fins que fogem da legalidade, da moralidade pública ou firam os direitos da classe trabalhadora, que historicamente constrói este Estado.

Cabe-nos, de forma incansável, as tarefas de denunciar as artimanhas de quem visa mascarar as diferenças e contradições entre os que produzem a riqueza e os que se beneficiam da força de trabalho das pessoas, e de fortalecer a luta para construir novos caminhos em que se tenha pleno atendimento às necessidades básicas da população e a garantia de melhores condições de trabalho em nossas instituições.

A lógica do capitalismo é de um sistema que vive em crise sem fugir da sua essência: a exploração do homem pelo homem. Não podemos ter ilusões. A história da classe trabalhadora é feita de lutas e nossos direitos são resultado da ação daqueles que enfrentam os problemas e sabem que os nossos direitos não são frutos das concessões dos governos.

Fugir da manipulação e promoção de alienação junto à classe trabalhadora, como se tudo estivesse bem e não houvesse contradições, que continua retirando direitos e dismantando a rede de proteção social da classe trabalhadora, deve ser uma constante do movimento sindical. E é nesta proposta que o SINDISEAB tem encontrado força para construir uma direção forte, e com a maior participação dos filiados, uma vez que se revela a mais íntima e direta interação entre os resultados do movimento sindical e da melhoria das condições de salário, de trabalho e de enfrentamento de crises.

Comunicado Oficial: Desenquadrados

Como muitos “buchichos” e “diz que me disse” correm na nossa base sindical, resolvemos fazer alguns esclarecimentos atualizados sobre a questão do enquadramento, além daqueles que já fizemos e constam em nosso site.

Relembramos que tendo em vista que a SEAP/PGE não apresentou posicionamento definitivo sobre os servidores desenquadrados que esperavam a apreciação dos pedidos realizados, bem como, não implantava em folha de pagamento para os que já haviam tido o nome publicado em lista do Diário Oficial, o nosso Sindicato disponibilizou sua assessoria jurídica para entrar com as medidas judiciais cabíveis, em especial, com Mandado de Segurança para garantir o direito ao enquadramento. Os associados Sueli Eufrásia Pinto Cordeiro e Roberto Pereira Barbosa usufruíram gratuitamente da assessoria e as respectivas ações encontram-se para julgamento no Tribunal de Justiça do Paraná.

O SINDISEAB já apresentou e continua submetendo vários recursos administrativos de nossos associados em face do contido no Parecer 29/2011, editado pela PGE e acatado pelo Governo/SEAP que invalidou todos os enquadramentos feitos pelo governo passado.

Registramos que todos os serviços jurídicos sejam na esfera judicial e/ou na esfera administrativa são fornecidos de forma gratuita a todos os nossos filiados.

Esclarecemos ainda que tanto os recursos

administrativos que estamos apresentando como as ações judiciais que estamos propondo para vários associados visam o enquadramento e alternativamente pedem indenização pela disfunção, abrangendo os últimos 05 anos (prazo prescricional).

Na reunião entre Fórum das Entidades Sindicais (FES) e Secretaria da Administração e Previdência (SEAP) do dia 08 de abril, o Secretário da Administração e Previdência, Sebastiani, reafirmou o posicionamento do Governo Estadual confirmando a posição contida no Parecer 29/2011 emitido pela PGE.

Portanto, independente das conversas que o Fórum e o nosso Sindicato têm com os parlamentares (deputados estaduais), autoridades do Poder Executivo, e Judiciário para defender a legalidade do direito ao enquadramento dos servidores, a posição referendada e adotada pelo Governo Estadual/SEAP/PGE continua intransigente, considerando a inconstitucionalidade dos enquadramentos efetuados.

Fazemos este registro porque tem gente “vendendo ilusões” e “enchendo as burras” de advogados, como se o Governo Estadual estivesse “sensível” a rever o seu posicionamento expresso no Parecer da PGE já citado.

Reiteramos os esclarecimentos feitos pela Presidência do nosso Sindicato e continuaremos lutando para concretizar o enquadramento dos nossos filiados, sem “meias verdades”, com sinceridade e com os “pés no chão”.

A Direção do SINDISEAB.

:: Servidores da agricultura propõem mudanças no projeto da Adapar



Em breve o governo deve enviar à Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) um Projeto de Lei (PL) que criará a Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Paraná (Adapar) com a função de fazer a fiscalização e defesa agropecuária. O texto vem causando discussões entre os servidores da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (Seab), que do quadro funcional do executivo são os agentes principais da área.

Por isso os servidores da Seab com apoio do SINDISEAB participaram de várias reuniões com a direção da Seab para discutir e avaliar o projeto da Adapar, chegando a elaboração de um documento que apresenta propostas para o PL e já foi protocolado junto à Seab.

Entre as propostas destacam-se a proporcionalidade do vencimento base e dos adicionais, inclusão dos Agentes de Apoio (AA) e Execução (AE), já que no projeto inicial estes servidores estão de fora. No caso dos AE somente os que tem a função de técnico de manejo e meio ambiente é que estão contemplados. Enfim, é indicado que seja garantida a opção de escolha para o ingresso na Adapar a todos os servidores da Seab. Sugere-se a retirada de alguns incisos que podem prejudicar o processo de avaliação de desempenho.

O documento ainda ressalta que os servidores não aceitarão contratação na modalidade de prestação de serviços, já que configura terceirização de mão de obra, exceto nas funções de asseio, vigilância, conservação e limpeza.

A íntegra do texto está disponível no www.sindiseab.org.br no link Documentos/Ofícios/Ofício 24.

Agenda

:: DEBATE SAÚDE DO TRABALHADOR E DIMS

QUANDO: 17 DE MAIO

QUE HORAS: DAS 9 ÀS 17 HORAS

ONDE: SALÃO DO SINDISAÚDE - Rua Marechal Deodoro, 314 conjunto 801, centro, Curitiba.

:: CAPACITAÇÃO ParanaPrevidência

QUANDO: 24 DE MAIO

QUE HORAS: DAS 9 ÀS 17 HORAS

ONDE: SALÃO DO APPSINDICATO - Rua voluntários da Pátria, 475, Edifício Asa, 14 andar
Manhã: Debate ParanáPrevidência
Tarde: Cálculo atuarial com o Cogut

Organização | Comissão de Saúde do Fórum das Entidades Sindicais (FES) do Paraná.

:: Será que tem raposa cuidando de galinheiro?

No início de abril o IAP (Instituto Ambiental do Paraná) promoveu treinamento para o licenciamento de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) dirigido aos funcionários do Sistema Sema. Cursos de capacitação são bons para os servidores, mas este em especial chamou a atenção pelos palestrantes que não por acaso são alguns dos interessados na instalação de PCHs. Em sua maioria são consultores, engenheiros que trabalham na implantação de PCHs, outros representam a COPEL, uma das maiores interessadas nas Pequenas Centrais.

O que impressiona é que o IAP, órgão público que tem a missão de fiscalizar e proteger a sociedade de obras que de alguma maneira possam causar impactos ao meio ambiente, recebe capacitação de técnicos vinculados às empresas que deveriam ser fiscalizadas (COPEL e consultores).

Situação, no mínimo, suspeita. Será que caminhamos, nos assuntos de meio ambiente, para a privatização do licenciamento? Quer seja pelos ocupantes dos cargos, quer sejam por aqueles que "pretendem" ditar normas ou procedimentos para o licenciamento ambiental? O licenciamento é função PÚBLICA, regida pela legalidade, imparcialidade, moralidade, publicidade e eficiência. Qualquer processo que não considere estes princípios constitucionais será alvo de crítica.

Saiba mais

Pequena Central Hidrelétrica é toda usina hidrelétrica de pequeno porte, o custo da energia elétrica produzida pela PCH é maior do que uma de grande porte, porém suas instalações resultam em menores impactos ambientais, quando consideradas de forma isolada.

As PCHs são dispensadas de remunerar municípios e Estado pelo uso dos recursos hídricos. Todo o processo de concessão é conduzido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), órgão regulador ligado ao governo federal, cabendo aos estados apenas a análise ambiental dos projetos.

No governo Requião, o IAP suspendeu o licenciamento de vários projetos de PCH impedindo o avanço da iniciativa privada sobre o setor elétrico. Mas em maio de 2010, uma resolução conjunta da SEMA e IAP cancelou todas as restrições impostas durante o mandato do ex-governador Requião. Em junho de 2010, um levantamento feito pela Gazeta do Povo apontou que 193 projetos privados de PCHs tramitam na Aneel, desse total 17 usinas já foram outorgadas. As empresas privadas estão de olho já que o Paraná é o segundo maior potencial ainda não explorado para PCHs, atrás somente de Minas Gerais.

Veja a ficha técnica dos palestrantes:

- **Maurício Gobbi:** Engenheiro Civil, professor da UFPR, Consultor e irmão do Coordenador de Recursos Hídricos da SEMA.
- **Francisco Mendonça:** Geógrafo, professor da UFPR e Consultor.
- **Gisley Paula Vidolin:** Bióloga da empresa Bio Situ Projetos e Estudos Ambientais, Consultora.
- **Nelson Saks:** Engenheiro Civil da COPEL.
- **Martha Sugai:** Engenheira de Recursos Hídricos da COPEL.
- **Tarcísio Luiz Coelho de Castro:** Engenheiro da empresa Titanium Engenharia é responsável direto pela concepção e projeto das principais centrais hidrelétricas do Brasil.

Coletivo Jurídico: Ação da Promoção

Enquanto algumas entidades organizativas dos servidores ainda estão pretendendo propor a ação da 1ª promoção/progressão dos servidores do QPPE, nós do SINDISEAB já esgotamos a discussão judicial quanto ao direito dos nossos associados. Em outras palavras: ganhamos a ação judicial e estaremos fazendo a execução da sentença do direito reconhecido e declarado pela Justiça Estadual, conforme consta dos autos 27.915/0000 - que trâmite perante a 3ª Vara da Fazenda Pública.

Esta ação visa que o Estado do Paraná quite os valores pagos referente a 1ª promoção/progressão que foi feita intempestivamente/fora do prazo legal, em média depois de 12 meses, bem como, objetiva uma indenização que deverá ser paga aos servidores em face da omissão estatal verificada.

A ação beneficia 817 filiados que enviaram as autorizações, conforme lista nominal apensa ao Relatório de Ações judiciais - tanto o Relatório como a listagem estão em nosso site - aliás, o relatório de ações judiciais e anexos foram entregues para os dirigentes que participaram do Encontro Estadual do Sindicato, realizado em março/2011.

Os documentos citados foram apensados em pasta A-Z entregue a cada um dos dirigentes que estiveram presentes no evento, ficou acertado que todas estas informações deveriam ficar em local próprio e a disposição dos associados nos locais de trabalho/Núcleos Sindicais Regionais.

Conforme registra o nosso advogado, Dr. Guilherme Rocha, existem outras ações sobre o tema (2ª promoção/progressão) e a outra dos que enviaram as autorizações fora do prazo fixado pelo SINDISEAB que também já tem decisão de 1ª grau que igualmente dá ganho de causa ao nosso SINDISEAB, conforme pode-se observar no processo (autos 870/2008 quetrâmite perante a 1ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba).

Por último, destacamos que a reorganização do setor jurídico do SINDISEAB foi compromisso assumido pela atual direção que está sendo efetivado, aliás, a Coordenação do Coletivo Jurídico do nosso Sindicato estará, se possível ainda no primeiro semestre, reunindo-se com os filiados dos Núcleos Sindicais para informar acerca das ações judiciais e demais temas correlatos a ação sindical.

Caso o seu Núcleo Sindical tenha interesse nesta reunião e plenária, nos comunique que estaremos fazendo agenda de viagens.

Divulgue e socialize esta informação entre todos os nossos filiados

RAPIDINHAS**>> Polêmica da GEEE**

Uma polêmica foi lançada de que a Gratificação de Encargos Especiais (GEEE) seria extinta. O SINDISEAB divulgou uma nota pública sobre o tema que já obteve efeito. O Recursos Humanos da Seab informou que a GEEE só será retirada caso se crie outra gratificação melhor e maior. A Sema repassou informação da Seap dizendo que não existe estudo com intuito de suspender a gratificação, e que caso isso ocorra todos os chefes de GRHs serão informados.

>> GEEE para novos contratados

O Sindicato dos Servidores Públicos da Agricultura, Meio Ambiente, Fundepar e afins comunica a propositura de ação judicial referente a implantação da Gratificação por Exercício de Encargos Especiais (GEEE) aos novos contratados da Seab (Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento) e do Sistema Sema (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos) e suas vinculadas, os quais devem encaminhar ao nosso coletivo jurídico, a documentação abaixo:

- 1) Ser associado (ficha de filiação disponível no www.sindiseab.org.br)
- 2) Procuração (disponível no www.sindiseab.org.br)
- 3) Histórico funcional (retirar junto ao GRHS)
- 4) Ficha Financeira (retirar junto ao GRHS)

Dúvidas ligar para (41) 3253 6328 ou email sindiseab@sindiseab.org.br

>> NOTA PÚBLICA SOBRE A GEEE

Desde 2002 os servidores públicos da SEAB, SEMA e suas vinculadas, recebem a GEEE, que correspondia a 100% do vencimento base do cargo e com a Lei 13.666/02, que criou o QPPE, foi fixada em valor.

Vale dizer que esta gratificação faz parte do salário (vencimento base mais vantagens) destes servidores públicos e que já foi incorporada às aposentadorias/pensões de muitos servidores, por meio de ações judiciais. Tal gratificação foi fruto de uma greve de oito dias dos servidores da SEAB, em 2002, e de ampla negociação com o governo da época, foi implantada para aliviar o grande arrocho salarial.

Desde a criação da GEEE os servidores reivindicam sua incorporação aos salários e dessa maneira a contribuição previdenciária incidiria sobre a gratificação, possibilitando que o servidor quando se aposentasse levasse-a automaticamente.

Assim é inadmissível que gestores públicos ameacem os servidores com o cancelamento da GEEE, nos resta repudiar tal comportamento e reivindicar:

- 1 - A incorporação da GEEE aos salários possibilitando sua percepção na aposentadoria.
- 2 - Implantação da GEEE para os servidores públicos que ainda não a recebem (novos contratados dos últimos concursos).

A GEEE é uma conquista histórica dos servidores públicos da qual não abrimos mão!

SINDISEAB - Gestão 2010/2013